

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA
ORGANIZADORES



Pecuária familiar no Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA
ORGANIZADORES

Antônio Jorge Amaral Bezerra	Lovois de Andrade Miguel
Claudio Marques Ribeiro	Marco Antônio Verardi Fialho
Evander Eloí Krone	Rafael Gastal Porto
Fabiana Thomé da Cruz	Renata Menasche
Helen Osório	Rosani Marisa Spanevello
Jaqueline Sgarbi Santos	Tanice Andreatta
Jean François Tourrand	Valéria Dorneles Fernandes
Letícia Fátima de Azevedo	

© dos autores
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



P636 Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento / organizado por Paulo Dabdab Waquil ... [et al.] . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
288 p. : il. ; 16x23cm

Reimpressão 2016

(Série Estudos Rurais)

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos e tabelas.

1. Agricultura. 2. Pecuária. 3. Desenvolvimento rural. 4. Pecuária familiar – Rio Grande do Sul. 5. Pecuária familiar – História – Diversidade social – Dinâmicas de desenvolvimento. I. Waquil, Paulo Dabdab. II. Matte, Alessandra. III. Neske, Márcio Zamboni. IV. Borba, Marcos Flávio Silva. V. Série.

CDU 636 (816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0308-5

Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX¹

Helen Osório

Introdução

Vastas campanhas, imensos rebanhos, poucos homens: esta é a imagem cristalizada no senso comum acerca da paisagem agrária do Rio Grande do Sul no período colonial. Esta visão está calcada principalmente em relatos de viajantes portugueses, espanhóis e franceses habituados a outras paisagens, outros tipos de sociedades camponesas e outros padrões da produção pecuária e que olhavam através de suas lentes europeias as novas terras americanas, surpreendendo-se com as lhanuras e as manadas de gado existentes. No entanto, essa percepção corresponde apenas parcialmente à realidade colonial. A utilização de outros tipos de fontes históricas, além destes testemunhos, como censos de população e de terras, processos judiciais e inventários de bens a serem partilhados entre herdeiros, oferecem dados para se desvelar uma sociedade bem mais complexa, que não se reduzia, nas relações sociais, ao binômio estancieiro/peão livre e, na economia, ao domínio das grandes estâncias e das charqueadas.

Durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, o pretenso exclusivismo da pecuária não foi rompido apenas pela agricultura dos núcleos açorianos: como se exporá, boa parte das estâncias possuíam suas plantações. Mais do que isso, na década de 1780 os lavradores eram a maior parte dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, suplantando em número os criadores de gado. Estes lavradores na maioria das vezes eram também pastores, proprietários de pequenos (para a época) rebanhos de animais. Predominavam, na estrutura agrária que se ia desenhando, as unidades produtivas mistas, que combinavam a pecuária e a agricultura. Os rebanhos existentes eram bem menores do que se supunha: mais da metade dos criadores tinha até 200 cabeças de gado, e

¹ Este texto sintetiza conclusões de pesquisa de minha tese de doutorado, defendida em 1999 e publicada em 2007, *O império português no sul da América: estancieiros lavradores e comerciantes*, especificamente dos capítulos 4, 5 e 6 (Osório, 2007); e do capítulo “Estrutura agrária e ocupacional”, presente no livro *Colônia* (Osório, 2006, p. 153-170).

uma minoria, que rondava os 10% dos proprietários, possuía mais de mil cabeças de vacuns.

O peso das relações escravistas também foi bem maior do que a historiografia vinha afirmando. Os escravos de origem africana participaram da ocupação da região pelos lusitanos desde o princípio e exerciam todos tipos de trabalho; sua utilização como mão de obra não se restringiu às charqueadas e aos serviços urbanos. Tampouco os trabalhadores da pecuária resumiam-se aos peões livres: a mão de obra escrava esteve presente nas lides campeiras, assim como, entre os pequenos e médios criadores, a mão de obra familiar. É sobre estas características, pouco conhecidas, do mundo rural rio-grandense da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX que versa o presente capítulo. Para abordar a pecuária familiar, julga-se imprescindível traçar um panorama geral da estrutura agrária que, mesmo brevemente, dê conta dos diferentes tipos de unidades produtivas e da diversidade de grupos sócio-ocupacionais existentes naquela sociedade, e de suas relações recíprocas.

Uma incursão pelo significado de certos termos, naquele período, já é esclarecedora dessa realidade. A palavra *estância* não designava grandes propriedades e nem era sinônimo de grandes rebanhos. O vocábulo, originário do espanhol platino, significava apenas as unidades produtivas em que se criava gado, sem nenhuma conotação de tamanho. Por exemplo, encontra-se com esta designação propriedades com 150, 200 ou 3.000 cabeças de gado. O dicionário de Moraes Silva, na edição de 1789 traz justamente esta acepção (“no sul da América, estâncias são terras com criação de gado vacum e cavalár”) (Moraes Silva, 1922). Consequentemente, *estancieiro* não significava grande proprietário de rebanhos ou terras. Encontra-se nas fontes referência a “estancieiros ricos” e “estancieiros pobres”; a palavra era sinônimo, tão somente, de *criador* de gado.

As ocupações: lavradores e criadores

Entre 1784 e 1785 foi realizado um levantamento de todos os ocupantes de terras existentes no Rio Grande do Sul – o documento chama-se “Relação dos moradores que tem campos e animais no Continente”. Este “censo” (como será denominado daqui em diante) registrava a que título as pessoas ocupavam terrenos (sesmaria, data, posse, arrendamento, concessão do governador), a quais atividades se dedicavam (lavoura, pecuária ou ambas) e os animais que possuíam.² Foram registradas 1.564 pessoas, das quais 52% foram classificadas

² O “censo” de 1784 encontra-se em duas versões em dois arquivos: no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRS), “Relação de moradores que tem campos e animais nesse Continente”,

como “lavradores”; 14% como “criadores”, 8% como “criadores e lavradores”, 5% como “dedica-se mais à lavoura do que à criação”, 16% não tiveram a ocupação informada e 5% designavam outras atividades. Somando-se todas as categorias que praticavam a agricultura, tem-se 65% dos possuidores de terras, uma proporção ignorada pela historiografia tradicional, e que aponta para uma estrutura agrária bastante diversa, na qual a maior parte dos produtores rurais dedicava-se à agricultura, em maior ou menor grau. A paisagem agrária que estava sendo construída pelos habitantes da capitania combinava, em várias modalidades, plantações de alimentos (especialmente trigo e mandioca) e criação de animais, compondo uma paisagem muito similar à da campanha de Buenos Aires e da Colônia de Sacramento, que uma nova historiografia argentina tem revelado (Garavaglia, 1993b; 1999; Garavaglia e Gelman, 1995 e Gelman 1998).

O Continente era composto por 19 freguesias e distritos – Vacaria, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Porto Alegre, Viamão, Lombas, Nossa Senhora dos Anjos, Caí, Triunfo, Santo Amaro, Taquari, Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada, Povo Novo, Cerro Pelado, Rio Grande, Estreito e Mostardas – e em apenas dois não foram listados lavradores, Cerro Pelado e Encruzilhada, territórios fronteiriços naquele momento e de recente ocupação. Aí predominavam largamente os criadores e os “criadores e lavradores”, com uma pequena incidência dos dedicados “mais à lavoura”. Vale lembrar que em 1784 estava-se a escassos oito anos da reconquista da vila de Rio Grande aos espanhóis. A década de 1780 foi um período de intensa expansão lusitana rumo à Banda Oriental, de apropriação de terras e estabelecimento de novas unidades produtivas.

O censo informa o número e tipos de animais que cada ocupante de terras possuía. A partir desta informação calculou-se o rebanho médio para cada ocupação.

Verifica-se que todos os tipos de produtores eram também criadores de gado vacum. Até mesmo aqueles denominados de lavradores possuíam um rebanho médio de 61 reses, além de bois e animais cavалares. Mas tal tamanho de rebanho não os caracterizava como criadores e sim como agricultores, que deveria ser sua ocupação principal. Um rebanho de duas ou três dezenas de cabeças parece que não era suficiente para sustentar uma família. No próprio censo tem-se outras informações que caracterizam como pobres os possuído-

livros nº 1198 A e B; e no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (ANRJ): “Relação de moradores...”, cód. 104, vol. 6, 7 e 8. Foi criado um banco de dados para a análise dos 1826 registros obtidos. Todas as fontes utilizadas e citadas no texto foram a base documental da tese de doutoramento. Nela encontra-se toda a discussão metodológica dos procedimentos utilizados, bem como de seus usos e limites, e para a qual remete-se o leitor interessado em conhecer tais procedimentos comprobatórios.

res de algumas dezenas de vacuns. Por exemplo, José do Prado, morador de Triunfo, pardo forro (ex-escravo) foi registrado assim: “vive pobremente de algumas lavouras”. No entanto, ele possuía 30 cabeças de gado, quatro cavalos, 42 éguas e oito potros. Da mesma forma, Inácio Mendes, que vivia agregado a sua sogra “vive pobremente de suas lavouras” e tinha: 20 gado vacum, dois cavalos, 20 éguas e quatro potros.³

QUADRO 1
Número médio de animais por ocupação (1784)

Ocupação	Reses	Bois	Cavalos	Éguas	Potros	Burros	Burras	Mulas	Ovelhas
Lavrador	61	6	6	1	0	0	0	0	0
Mais lavoura do que criação	104	6	14	51	6	0	0	0	0
Criador	852	8	27	344	31	7	6	10	24
Criador e lavrador	1.041	16	57	293	40	5	5	16	21

Fonte: “Relação de moradores...” ANRJ, cód. 104, vol. 6, 7 e 8; AHRS, F1198 A e B.

É revelador que aqueles que possuíam, em média, 104 cabeças de gado fossem registrados como dedicados “mais à lavoura do que à criação”. Isso significa que o sustento deste produtor provinha majoritariamente da agricultura, e que este tamanho de rebanho, uma centena de animais, não seria suficiente para viver *apenas* da criação. O número médio de reses dessa categoria variou bastante entre as diferentes freguesias: era de 57 reses em Rio Pardo e de 434 em Encruzilhada. Qual seria o tamanho de rebanho necessário para uma família viver da pecuária? Esta questão é de difícil resposta com as fontes e dados disponíveis, mas será retomada mais adiante, quando da análise do grupo dos pequenos produtores mistos.

Quase a metade dos “lavradores” (47%) e dos “mais lavoura” (49%) foram identificados no censo como sendo “casais do número”. Eram casais açorianos originalmente enviados para povoar o Rio Grande do Sul em 1752, ou oriundos da Colônia do Sacramento (entregue definitivamente aos espanhóis em 1777), ou de Maldonado (em território da Banda Oriental, para onde

³ Outros exemplos: “José Gonçalves, pardo forro [...] vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 20, cavalos 3, éguas 25 e potros 6 e Gonçalo Barbosa [...] vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 12, cavalos 4, éguas 13 e potros” (Relação dos moradores [...] da Freguesia do Sr. Bom Jesus do Triunfo, ANRJ, cód. 104, vol. 6, fl. 474).

tinham sido levados pelos espanhóis com a conquista do Rio Grande em 1763, e “devolvidos” na base do Tratado de 1777). Provavelmente sua participação entre os lavradores ultrapassasse o percentual encontrado, pois esta informação dependia do detalhamento com que o capitão do distrito realizasse o censo. Sua presença foi assinalada nas freguesias de Santo Amaro, Conceição do Arroio, Estreito, Mostardas, Povo Novo, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio, Taquari e Viamão.

Os “lavradores” praticavam uma pecuária menos diversificada que os “criadores” ou os “criadores e lavradores”. Não criavam ovelhas nem produziam mulas. A produção de mulas necessitava uma inversão importante, que era a aquisição do burro reprodutor, o “burro hechor”, o animal de maior valor unitário. Em contrapartida, possuíam, proporcionalmente às reses, o maior número de bois que qualquer outra categoria (um boi para dez reses, contra um boi para 107 reses, entre os criadores), o que é um indicativo da prática da agricultura (quer como animal de tração para o arado ou para os carros e carretas que escoavam seu excedente agrícola). Estamos frente, portanto, a um produtor rural que é *simultaneamente* um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca,⁴ carne e leite de seu pequeno rebanho e que possivelmente comercializasse algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros. Podemos definir este produtor como camponês, no sentido de que contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução. Na análise do patrimônio dos proprietários de menos de cem cabeças de gado vacum que será apresentada adiante, realizada com inventários, detectou-se um número significativo de produtores que contavam com a complementação de mão de obra escrava. Mas como os inventários retratam os estratos economicamente superiores da sociedade, julga-se não poder generalizar a participação dos escravos como força de trabalho para o conjunto do grupo dos lavradores. A esta conclusão, que caracteriza como camponeses, pastores e agricultores, a este tipo de produtor, já chegara Garavaglia, ao analisar a estrutura produtiva da campanha de Buenos Aires através de inventários (Garavaglia, 1993b, p. 186-187), no período de 1750-1815. Também aí os camponeses contaram, complementarmente, com mão de obra escrava.

Os maiores detentores de gado vacum eram os “criadores e lavradores”: tinham, em média, mais de um milhar de cabeças. Possuíam um rebanho variado, com muitos tipos de animais. Certamente este grupo, que diversificava suas atividades produtivas entre a criação e a agricultura, constituía a elite econômica

⁴ Estes são os alimentos que constam do “Mapa da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Continente do Rio Grande”, de 1780; o arroz aparece neste mapa numa quantidade ínfima. ANRJ, cód. 104, vol. 3.

naquele momento. Recorde-se que representam apenas 8% de todas as pessoas registradas no censo. Suas manadas, em média, eram 20% superiores às dos exclusivamente “criadores”. Neste caso encontram-se Rafael Pinto Bandeira, com 6.000 reses em Cerro Pelado, Antônio Ferreira Leitão, com 5.400 reses em Triunfo, Manuel Bento da Rocha, em Cerro Pelado, com mais de 8.000 reses e o maior de todos os proprietários de gado – 12.000 cabeças – mas que também “cultiva grandes lavouras”, Caetano da Silveira de Matos, em Encruzilhada.

Estes homens faziam parte da elite proprietária e criadora de gado da década de 1780. Os proprietários de mais de 1.000 cabeças correspondiam a apenas 7% dos ocupantes de terras, mas possuíam 59% de todo o gado existente! No outro extremo, as pessoas que tinham de uma a 100 cabeças vacuns representavam 48% dos ocupantes de terras, mas detinham apenas 6% do gado. Na verdade, 75% dos produtores tinham rebanhos de, no máximo, 500 cabeças vacuns. Estes percentuais expressam a *desigualdade* na apropriação dos recursos existentes na sociedade sulina, mesmo naquele seu momento inicial e formativo. Nada mais longe da realidade do que uma imagem idílica de igualdade entre os colonos que desde a década de 1720 começaram a ocupar o território. A abundância de gado não beneficiou a todos; a desproporção dos bens e da riqueza foi um dado constitutivo desta fronteira.

Como estes produtores obtinham suas terras? No sistema jurídico português havia três formas legais, originárias: a concessão régia de sesmarias (cuja extensão máxima deveria ser de três léguas quadradas, ou 13.068 hectares), de datas de terra ou a arrematação em praça pública, de terras que a Coroa confiscasse. No caso do Rio Grande do Sul, como capitania subordinada a do Rio de Janeiro, era o governador do Rio de Janeiro e posteriormente o vice-rei quem expedia as cartas de sesmaria. Já as “datas de terra”, cujo título legal era a “carta de data”, eram concedidas pelo governador do Rio Grande do Sul aos pequenos lavradores, em princípio aos casais açorianos. Esta forma de concessão fazia parte da política colonizadora do sul, e não possuía um estatuto jurídico próprio. Concedia-se desta forma propriedades que não excediam um quarto de légua em quadra, ou seja, 272 hectares.

O censo contabiliza que, em 1784, apenas 7% das terras ocupadas tinham sido concedidas sob a forma de sesmaria (seu número era de 116), 30% sob a forma de datas, 22% por despachos do governador, 13% por posse e 28% não foi informado. Pode-se supor que os casos não informados, em que os ocupantes não apresentaram nenhum documento, tratavam-se de terrenos simplesmente apossados. Assim, após quase meio século da fundação de Rio Grande, 41% das terras estavam ocupadas por mera posse. Os “despachos do governador” eram concessões feitas pelo governador da capitania, que obrigavam o ocupante a posteriormente solicitar sesmaria, o que ocorreu raramente.

O confronto entre as formas de apropriação da terra e as ocupações revelam algo mais sobre a estrutura social e econômica que vinha se constituindo no Continente. Somente os lavradores eram detentores de datas; nenhuma das outras categorias tinha este tipo de concessão. Ao contrário, as sesmarias foram concedidas originalmente aos “criadores” e aos “criadores e lavradores”. Apesar de ser proibido, houve um certo número de venda de sesmarias. A transmissão de terra por dote ou herança era pouca até aquele momento, o que indica quão nova era a ocupação da região. Realmente, 47% dos produtores eram ainda os primeiros ocupantes, os originais, dos terrenos.

Um tipo de ocupação de terra chama a atenção e reflete uma determinada condição econômica e social. Trata-se do “viver a favor de” alguém. Ela ocorria quase que exclusivamente entre os lavradores, nas freguesias de Santo Amaro, Lombas, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Taquari e Triunfo, localidades de forte presença dos açorianos que receberam “datas”. A maior parte das pessoas vivia a favor de parentes: sogros, pais, irmãos. Esta situação indica que as terras nestas áreas já estavam todas ocupadas e que não havia mais forma de obter terras gratuitamente, mas apenas de forma onerosa por meio da compra (que eram frequentes). Para estas pessoas restava a alternativa de abandonar a localidade e seus laços de parentesco e aventurar-se pelas fronteiras, o que deveriam considerar perigoso e pouco rentável, ou submeter-se a viver “a favor” nas terras de algum familiar ou conhecido, única forma de permanecer onde já estavam radicados.

Existem poucos registros de queixas originadas por conflitos de terras. Em geral envolviam algum militar de alta patente que obtinha alguma concessão legal de terras, as quais já estavam ocupadas por lavradores, em geral açorianos. A situação resolvia-se com o submetimento dos camponeses, seja pelo pagamento de um arrendamento (em geral em trigo), ou pela compra do pedaço de terra que eles eram obrigados a realizar. Estes conflitos devem ter sido mais frequentes do que as fontes remanescentes do século XVIII registram.

A escravidão

O estudo da escravidão no Rio Grande do Sul passou por várias fases. Por muito tempo negou-se sua presença e sua importância na constituição da sociedade sulina; depois, considerou-se que ela só tinha sido numericamente importante com o advento da charqueada, em unidades de grande escala de produção, e em municípios localizados.

A interpretação de Fernando Henrique Cardoso, formulada em 1962, sobre a dinâmica das relações escravistas no Rio Grande do Sul segue tendo

grande aceitação. O autor considerou que nas cinco ou seis primeiras décadas de presença portuguesa na região, a escravidão teria existido essencialmente nos serviços domésticos e urbanos. Ao deparar-se com uma surpreendentemente grande proporção de escravos – 29% – na população total, encontrada em um censo de 1780, o autor perguntou-se qual atividade econômica importante teria possibilitado uma acumulação de capital significativa para o investimento na compra de escravos. Ele identificou no cultivo do trigo, e sua consequente exportação, a primeira atividade que permitiu a ampliação do contingente de cativos, antes da expansão das charqueadas.

No entanto, o autor equivocou-se, pois as exportações de trigo iniciaram-se depois de 1780, não podendo esta produção ser a causa da grande presença escrava. A compra de cativos não era tão onerosa quanto se pensou antigamente; novos estudos em todo o Brasil mostram como foi grande o número de pessoas livres que foram proprietárias de escravos e, portanto, comprometidas com a escravidão (Schwartz, 1988). Isso é tão verdadeiro que havia homens forros, ex-escravos, que em sua condição de homens livres também adquiriam e eram possuidores de cativos, quando sua condição econômica permitia.

A ampla *difusão* da propriedade de escravos entre a população colonial foi um fato. A simples consulta de outros tipos de fontes confirmam esta realidade aqui no Rio Grande do Sul também, e indicam uma importante presença de escravos desde os primórdios da ocupação lusitana do território.⁵ Viamão, em 1751, era uma capela com pouco mais de 700 habitantes e 136 fogos. Fábio Kuhn (2004) analisou os “róis de confessados” da localidade. Encontrou uma população escrava de origem africana que correspondia a 42% do total, além de 3,2% de índios administrados. Os campos de Viamão, quatorze anos após a fundação do presídio de Rio Grande (1737), e duas décadas depois do início de seu povoamento, possuíam uma proporção de escravos semelhante à das zonas mineradoras ou de *plantation*! Mais do que isso, o número de domicílios que possuíam escravos era muito alto, 62%, com uma média de quatro cativos pôr fogo. Naquele momento estavam estabelecendo-se as primeiras estâncias de criação. Após a invasão espanhola de 1763, sua população será reforçada por parte dos habitantes de Rio Grande que aí se refugiaram. Em 1778, a população escrava de Viamão tinha dimi-

⁵ José da Silva Pais, que fundara o presídio de Jesus Maria José, comentava em 1742 (cinco anos após sua fundação) que em Rio Grande “não há casal que não tenha escravos”. Outro governador do Continente, em 1764, um ano após a invasão de Rio Grande (na qual foram perdidos 150 escravos para os espanhóis) informava que havia famílias com 6, 8 e 10 escravos e que, portanto, não necessitavam da ajuda da Coroa.

nuído para 40,5% do total, mas tinha se ampliado para 65% dos fogos, ou seja, tinha aumentado o número de proprietários de escravos.

O exame de inventários *post-mortem* também revela a precoce presença de escravos, em grandes plantéis. Domingos Gomes Ribeiro faleceu em 1764; entre seus bens constavam, além de 7.200 cabeças de gado, uma grande criação de mulas, uma estância com casa de telha, currais, senzalas, plantação de trigo, moinho, e 49 escravos! Os que tiveram sua ocupação declarada eram: dois barbeiros, um alfaiate, um queijeiro, um marinheiro, um oleiro, dois peões e um peão domador. A diversidade das ocupações indicam uma unidade produtiva mista, com produção variada. Dentre os escravos, havia sete famílias constituídas, com filhos. Outro caso é o de Antônio Xavier de Azambuja, falecido em 1769. Sua estância albergava criação de gado vacum, cavalariça e de mulas, e plantação de trigo. Possuía 13 escravos, sendo quatro deles peões, um crioulo e os outros três de nação Benguela. Um deles possuía mulher e filhos.⁶ Estes exemplos apontam para uma ampla utilização da mão de obra escrava, em todos os tipos de atividade, inclusive a pecuária, numa década – 1760, durante a invasão espanhola – em que a única e esporádica exportação era a de couros.

Já nessa época encontra-se expresso em vários tipos de documentos uma equivalência entre o preço de um escravo jovem do sexo masculino, 128\$000 (cento e vinte e oito mil réis), e cabeças de gado vacum. Estas valiam 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis), o que equivale dizer que um escravo valia cem reses. Parece que o gado desempenhava o papel de moeda de conta.

Avançando quatro décadas e chegando ao princípio do século XIX, momento de grande expansão econômica, produção de charque e exportações (também de trigo e couros), a análise do censo de 1802 indica um percentual de população escrava de 35%. Observando algumas freguesias, tem-se que Viamão continuava com altos índices, 44%, assim como Porto Alegre, 40%, e Rio Grande, que na época englobava Pelotas, tinha 38% de sua população total como escrava. Mesmo nas áreas de fronteira os escravos alcançavam mais ou menos um terço de seus habitantes: em Cachoeira eram 30% e em Rio Pardo, 37%.

Estas proporções são muito semelhantes a de outras regiões da América portuguesa tipicamente escravistas, e aproximam o Rio Grande do Sul delas, e, conseqüentemente, torna o extremo sul menos “peculiar” do que se supunha. A escravidão aparece, portanto, como uma característica estrutural da região, ainda no que se poderia chamar de período formativo.

⁶ AHRS, inventários do 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, maço 3, nº 27, 1769.

As unidades produtivas: estâncias e campos

A caracterização dos diferentes tipos de unidades produtivas foi feita com base em uma amostra de inventários *post-mortem*, que descrevem o patrimônio e os bens dos falecidos, para o período de 1765 a 1825.⁷

Neste estudo denominou-se de *estância* todas as unidades produtivas que possuíssem mais de 100 cabeças de gado *vacum* – recorde-se que de acordo com o censo de 1784 os lavradores tinham rebanhos de, em média, 61 cabeças e os que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação”, 104. A maior parte destes estabelecimentos – 73% – possuía entre 101 e 1.000 reses, e os com mais de 1.000 eram 27%. Como já se havia afirmado, os grandes proprietários de rebanho eram a minoria.

Os proprietários das estâncias de até 1.000 cabeças tinham em média sete escravos (mas não se pode saber quantos estavam dedicados aos serviços domésticos e quantos em atividades produtivas). Apenas 5% deles não possuíam nenhum cativo, e 16% não eram proprietários das terras sobre as quais cultivavam e criavam animais. Seus patrimônios produtivos estavam distribuídos entre os rebanhos (26%), escravos (30%), equipamentos (3%) e, onde empatavam mais recursos, nas terras, (41%). Note-se a importância dos recursos investidos em escravos. No percentual das terras estão incluídas as benfeitorias, que quase sempre eram avaliadas conjuntamente com o “campo”: casas, ranchos de palha, currais, cercas, arvoredos, senzalas, roças ou lavouras são as mais citadas. O rebanho predominante era o *vacum*, mas os asininos e muares eram criados por 42% destes estancieiros. O burro eixor, o reprodutor, era o animal mais caro de qualquer rebanho. A criação de ovelhas não estava ainda muito difundida entre os produtores deste porte: apenas 26% criavam-nas.

Já os proprietários das grandes estâncias, aquelas com mais de 1.000 animais *vacuns*, diferenciavam-se em alguns aspectos dos anteriores, que se poderia denominar de “estancieiros médios”. Os grandes, todos, tinham suas estâncias em terras próprias e possuíam escravos, com uma média bem

⁷ A amostra de inventários *post-mortem* foi constituída por todos os inventários existentes, tomados a cada cinco anos, de 1765 a 1825, de Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Cachoeira, Encruzilhada e Piratini, a partir da existência dos respectivos cartórios das localidades, dentro do período proposto. Estes inventários são acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre. Compôs-se uma amostra de 541 inventários *post-mortem*, também analisados a partir da constituição de um banco de dados. É de se ter em conta que o inventário é uma fonte judicial socialmente determinada e que sobrerrepresenta os setores mais ricos da sociedade, pois eles são abertos para aquelas pessoas que, falecidas, tinham bens, algum patrimônio, para ser legado. Portanto, há uma representação inferior à realidade dos setores mais pobres da população.

mais alta: 22 cativos por proprietário. A distribuição do patrimônio também era diferente. Os maiores investimentos estavam feitos em animais (47%); seguiam-se as terras (35%), escravos (17%) e equipamentos (1%). Apesar de terem mais que o dobro de escravos que os “estancieiros médios”, os cativos pesavam menos no seu patrimônio total. Detentores de, em média, 4.237 cabeças vacuns, 68% deles também criavam ovelhas e 60% dedicava-se também à criação de mulas. Tinham, pois, a criação de animais mais diversificada, que consumia quase a metade de seus recursos.

Quanto à agricultura, encontrou-se referência a lavouras e roças em 25% dos inventários do conjunto de estancieiros, em geral descritas junto às benfeitorias. Para além disso, há a especificação de meios de produção relacionados à agricultura, como especificado no quadro a seguir:

Meios de produção	%
Bois	89
Carros/carretas	53
Foices de trigo	33
Arado	31
Moinho	22
Atafona	18
Forno	17
Prensa	13
Roda	13

Fonte: 185 inventários post-mortem, APERS.

Os bois mansos, utilizados como animal de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos indicativos da prática de agricultura, e estavam presentes em 87% das estâncias, muitas vezes com a especificação de “bois lavradores”, “bois tafoneiros” ou “moleiros”, de “carro” ou “carreiros”. Mais da metade delas possuía carros ou carretas, necessários ao transporte da produção. Foices de trigo e arados existiam em aproximadamente um terço das unidades produtivas. São instrumentos pouco comuns em outras regiões da América portuguesa.

O arado, as foices de trigo e as atafonas, em menor medida, são o equipamento típico do cultivo e beneficiamento do trigo, trazidos pelos camponeses açorianos. Em presença descendente, no quadro, aparecem os moinhos (“de mão” ou de água), as atafonas (utilizadas na moagem do trigo, mas também com algumas referências à ralação da mandioca) e os fornos de cobre necessários ao preparo da farinha de mandioca. Por último, a roda de ralar mandioca e a prensa, também utilizadas no preparo da mesma farinha (conhecida como

“farinha de guerra”), estão presentes em 13% das estâncias. Além do trigo e mandioca, encontram-se referências nos inventários, quer como lavoura, quer como gêneros já colhidos, ao feijão, ao milho e, uma vez, ao algodão. Não constam do quadro as enxadas e as foices comuns, instrumentos mais frequentes nestas unidades produtivas (64 e 40%, respectivamente). Foram excluídos por se julgar serem instrumentos genéricos, que por si só não seriam suficientes para indicar práticas agrícolas.

Se se toma por critério para determinar a prática da agricultura nas estâncias (lembre-se, possuidoras de, no mínimo, cem cabeças de gado vacum), a presença de, pelo menos, dois tipos dos instrumentos constantes no quadro, encontra-se que 66% delas dedicavam-se também à agricultura. Está-se, portanto, frente a unidades de produção mistas, que combinam pecuária e agricultura, como já concluíra Garavaglia para a campanha de Buenos Aires. Avaliando exclusivamente a extensão do cultivo de trigo, este autor encontrou um percentual de 65% para as “estâncias” com mais de 40 bovinos e equinos. E não se pense que a agricultura estava restrita às estâncias menores. As estâncias entre 101 até 1.000 cabeças de gado compõem 73% das estâncias da amostra e, entre as que desenvolviam atividades agrícolas elas representam 75% do total. Entre as grandes, que possuíam mais 1.000 cabeças, a agricultura era praticada em 60% delas.

Assim, a estância do último quartel do século XVIII e das duas primeiras décadas do XIX não pode mais ser tomada como sinônimo exclusivo de atividade pecuária. A quase onipresença pecuária de mediados do século XIX na economia do Rio Grande do Sul projetou sua imagem para tempos mais remotos, o da constituição e integração do território ao restante da América portuguesa.

As características da atividade pecuária no período colonial – extensiva, com pouca necessidade de mão de obra, produzindo para o mercado interno, com baixos rendimentos, pequena capacidade de acumulação e sempre vista como mera atividade subsidiária das atividades exportadoras – foram interpretadas como um óbice à utilização de mão de obra escrava. A isto se somaria a característica, no Rio Grande do Sul, de uma fronteira ampla e aberta com o império espanhol, que facilitaria as fugas. No entanto, a consulta aos inventários, como vem se demonstrando, revela outra realidade sobre a importância da escravidão em geral e, na pecuária, em particular. Com esta fonte verifica-se que dentre as ocupações declaradas dos escravos (na maior parte das vezes a ocupação ou especialização do cativo infelizmente não é especificada) a mais frequente é a de “campeiro” ou “peão de campo”. Também aparecem, em número bem menor, os domadores. Não há dúvidas de que fossem escravos especializados nas lides campeiras, pois nos mesmos plantéis

encontram-se outros denominados de “roceiros” ou “lavradores”. Também nos processos-crime escravos designados de “campeiros” aparecem como réus, vítimas e testemunhas.

Os escravos campeiros, junto com os domadores, representam 37,7% dos escravos rurais com ocupação especificada nos inventários. 74% dos estancieros proprietários de escravos com alguma ocupação declarada possuíam escravos denominados como campeiros.

Entre eles, os crioulos representam 58% dos casos com “nação” informada. Entre os africanos havia angolas, benguelas, cabinda, cassange, costa, mina, congo e moçambique. As tarefas de peão de campo eram exercidas, portanto, por escravos de todas as origens, e os africanos jovens adaptavam-se, tanto quanto os crioulos, às tarefas pecuárias.

Quanto à idade, os campeiros tinham em média 24 anos, jovens, portanto, se comparados à média dos outros escravos homens com ocupação, que era de 34 anos. A maioria situava-se na faixa dos 20 anos. Nos extremos de idade, achou-se como o mais jovem, José, escravo da costa, com 10 anos, e como o mais velho Bento, crioulo, com 53 anos.

Os campeiros encontravam-se mais frequentemente em grandes plantéis, naqueles que possuíam de 20 a 49 escravos e em seguida naqueles de 10 a 19. Mas estavam presentes também em plantéis de apenas três ou quatro escravos. Certamente nos plantéis menores, o escravo campeiro desenvolvia outras atividades além das da pecuária; encontrou-se também a denominação de “campeiro e lavrador”, a indicar as múltiplas tarefas que qualquer escravo deveria executar em plantéis pequenos.

Os campeiros e domadores, na imensa maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Valiam, no mínimo, 20% a mais do que outros escravos de mesma idade, mas sem especialização. Mesmo entre os especializados (sapateiros, carpinteiros e alfaiates eram os mais comuns), quase sempre eram os mais valorizados.

Qual o peso desta mão de obra escrava no conjunto das atividades de uma estância? A resposta é complexa. Os estudos sobre estâncias do Rio da Prata no período colonial indicam que um peão poderia cuidar de umas 600 reses ou pouco mais, dependendo das características físicas das estâncias (ter rincões fechados por rios ou outros acidentes geográficos que delimitassem os campos, e o tamanho dos rodeios, por exemplo). Esta quantidade é bem inferior ao que a historiografia tradicional e viajantes afirmavam. Felix de Azara, um dos contemporâneos mais citado, escreveu que um peão poderia cuidar de mil animais. Estes novos estudos pormenorizados, realizados com documentação contábil de vários estabelecimentos, diferenciam também as

necessidades *permanentes* e as *temporárias* de mão de obra. Em muitas estâncias de grandes estancieiros, que dispunham de capital para fazer o adiantamento que significava a compra de escravos, os cativos tenderam a constituir o núcleo permanente de trabalhadores, sendo os peões livres contratados temporariamente, naqueles momentos de pico de demanda de mão de obra, como nos meses em que se realizavam a marcação e castração do gado. Por outro lado, os salários dos peões nestes momentos aumentava muito, obrigando os estancieiros ao dispêndio de elevadas somas. A opção pelo uso de um tipo ou outro de trabalhadores dependeu de um grande número de fatores, mas o certo é que homens livres e cativos trabalharam lado a lado nas lides campeiras.

No Rio Grande do Sul o mesmo aconteceu. De um conjunto de 33 inventários em que existem escravos designados como campeiros, tem-se que em 55% dos casos estes escravos seriam suficientes para cuidar dos rebanhos de suas respectivas estâncias, computando 600 cabeças por trabalhador. No restante dos casos eles não seriam suficientes e os estancieiros deveriam contratar peões livres para completar o número de trabalhadores. Este tema, e a discussão sobre a dominância de um tipo ou outro de mão de obra, necessita de um número maior de investigações, especialmente com registros contábeis de estâncias, muito raros para o período colonial. Mas a maior demonstração da vigência destas relações escravistas na pecuária, de seu enraizamento estrutural, de sua funcionalidade e lucros é dado pela sua *permanência*, sua reprodução, durante pelo menos a primeira metade do século XIX, *em ambos lados da fronteira*, como vêm demonstrando novos trabalhos como os de Zarth e Farinatti para o Rio Grande do Sul, e o de Borucki, Chagas e Slatta para o Uruguai.

Os pastores lavradores e sua produção

Tratar-se-á agora dos pequenos produtores, aqueles que possuíam até 100 cabeças de gado vacum e que, conforme o “censo” de 1784 seriam os “lavradores” e os que se dedicam “mais à lavoura do que à criação”. Estes pequenos produtores representam 51% da amostra de inventários,⁸ a maior parte da população inventariada, enquanto os detentores de rebanhos entre 101 e 1.000 reses são 36% e os grandes estancieiros, com mais de 1.000 cabeças, apenas 13%. Nos inventários, suas terras são descritas como “campos”, que é a denominação mais comum (71 ocorrências), seguida de “data de terras” (40), “chácara” (37), “terras”, “sítio”, “rincão” e, raramente, “estância”. Como já ocorrera nos inventários de estâncias, também nestes as benfeitorias foram

⁸ De um total de 376 inventários com bens rurais, 191 correspondem aos produtores que possuem de 0 a 100 cabeças de gado vacum.

descritas, mas não avaliadas separadamente. As mais frequentes eram casas e ranchos (46), “cercados” e “valos” (26), arvoredos (22), currais (19), lavouras e roças, pomares (em geral de “árvores de espinho”; a árvore mais citada individualmente é a laranjeira), e, muito raramente, paióis e atafonas. A combinação mais frequente de benfeitorias foi “casa, curral, cercas e arvoredo (ou lavoura)”. A descrição destas benfeitorias é bastante pobre nos inventários. A avaliação da propriedade, como uma unidade só, indica que ela adquiria valor apenas por seu conjunto. No Rio da Prata a situação foi diversa: árvores, currais, cercas, casas e galpões eram avaliados individualmente, segundo os estudos de Garavaglia. O fato de haver poucos paióis listados provavelmente indica a pequena monta do excedente produzido e/ou a necessidade imediata que tinham os lavradores de comercializarem seu excedente, especialmente o de trigo. Tem-se algumas referências de que os lavradores endividavam-se em espécie, comprometendo a colheita futura.

A existência concomitante de currais e cercados demonstra a combinação, também para estes pequenos produtores, da agricultura e pecuária. Assim, constata-se que tanto nas estâncias quanto nas pequenas propriedades desenvolviam-se as mesmas atividades produtivas. Na verdade, eles podem ser caracterizados como “pastores lavradores” (ou vice-versa), como já sugeriu Garavaglia (1993b, p. 117-118), estudando grupo semelhante na campanha de Buenos Aires. Observa este autor, com muita propriedade, que a linha demarcatória entre os produtores deve ser buscada não no tipo de atividade exercida, mas numa série de variáveis, entre elas a posse de escravos, a propriedade da terra, o uso de força de trabalho externa ao grupo doméstico e o controle de uma quantidade maior ou menor de animais.

O confronto dos inventários destes pequenos produtores com o grupo dos estancieros ressalta várias diferenças de riqueza. 11% deles não possuíam sequer uma cabeça de gado vacum, ainda que tivessem algumas éguas e cavalos; 15,2% não tinham nenhum escravo e 31% não possuíam terras próprias. Comparando com os estancieros, todos os “grandes” (possuidores de mais de 1.000 cabeças) eram proprietários de terras e escravos. Entre os “médios” (entre 101 e 1000 reses), 4,5% não possuíam escravos e 15,5% produziam em terras alheias. Portanto, o acesso aos escravos e às terras era bem mais difícil para este grupo de lavradores pastores. Destaque-se que quase um terço deles eram produtores que não possuíam a propriedade da terra. Esta realidade será reproduzida nas terras novas, conforme a expansão da fronteira rumo ao Uruguai, no século XIX. No município de Alegrete, por exemplo, na década de 1830, 47% de todos os produtores não eram proprietários (Garcia, 2005, p. 26) e, na faixa dos possuidores de até 100 reses, apenas 17% eram proprietários de terras! (Farinatti, 2010, p. 156).

Os 89% que criavam gado, o faziam em proporções modestas: seu rebanho médio era de 30 reses e sete bois. Muito poucos entre eles criavam ovelhas ou porcos (5%) e apenas 4% era proprietário de um burro eixor, reprodutor para a criação de mulas (o burro eixor era o animal mais caro entre todos os tipos.) Como era de se supor, predominavam os animais mansos: reses, vacas, novilhos, bois (mansos ou lavradores) e vacas leiteiras. Apenas 8% deles possuíam gado xucro, ao contrário dos outros criadores, cujos rebanhos eram compostos majoritariamente por gado xucro (somente 41% destes tinham reses mansas).

Os pastores lavradores possuíam os mesmos instrumentos agrícolas que já foram comentados quando se tratou das estâncias (foices de trigo, arados, moinhos de mão). A diferença é a quantidade: principalmente os equipamentos mais caros, as atafonas, e os necessários para o preparo da farinha de mandioca (a roda, prensa e forno) eram mais raros entre eles. Entre 2,7 e 3,9% de seus patrimônios totais estavam alocados em equipamentos. Já o valor das terras correspondeu entre 41 e 49% do patrimônio produtivo, os escravos, entre 39% e 46% e os animais oscilaram entre 9 e 11% no período de 1790-1825.

A conclusão, portanto, é de que os pastores lavradores despendiam a maior parte de seu patrimônio na aquisição das terras e escravos (quando os tinham). Muitas vezes seus um ou dois escravos superavam o valor de seu rebanho ou de suas terras. Veja-se dois exemplos. Antônio da Costa faleceu em Rio Grande em 1779; tinha nove filhos (entre 28 e 14 anos e apenas um deles casado) e uma data de terra que valia 25 mil e 600 réis. Seu rebanho era composto por 50 reses, 10 vacas leiteiras, três bois mansos, 15 éguas e seis cavalos mansos, e valia 105 mil réis. Já seus dois escravos de nação angola, João e José, na faixa dos 30 anos, superavam o valor do rebanho e terra somados: 156 mil réis. Os escravos eram um investimento preferencial, mesmo entre as pessoas de poucas posses. Da mesma forma, José Quadrado, de Jaguarão, faleceu em 1806 deixando mulher e um filho de 15 anos. Não possuía terras, deveria viver em campos alheios, mas tinha um rebanho de 20 reses, oito bois mansos, quatro bois lavradores, e oito cavalos mansos, que foi avaliado em 42 mil e 800 réis, e uma carreta. Seu único escravo, já envelhecido, de 40 anos, Domingos Rebolo, valia mais que o dobro do rebanho: 102 mil e 400 réis.

Encontrou-se dentre os inventários do grupo alguns pretos forros. Eles correspondem a 2,4% de toda a amostra e 7% do grupo dos pequenos produtores. Dos 13 ex-escravos, entre homens e mulheres, que abriram inventário, oito deles possuíam escravos. É o caso de José de Souza, falecido em Cacheira em 1815. Casado (mas sem filhos), possuía uma chácara com uma casa coberta de capim, 38 vacuns (reses, vacas e bois) e 19 cavaleiros, plantava trigo (havia

foice de trigo entre seus instrumentos) e possuía dois escravos, ambos de nome Francisco, cujo valor ultrapassava o preço da chácara e animais somados.

A fonte mais adequada para a apreensão dos grupos domésticos são censos e listas nominativas que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. Infelizmente não dispomos deste tipo de fonte para o Rio Grande do Sul. Os inventários *post-mortem* são a fonte disponível no momento. Recorde-se, no entanto, que uma das distorções, ou limite, desta fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população. Assim, encontramos que apenas 15,2% dos lavradores inventariados não eram proprietários de escravos, proporção que para o conjunto da população livre certamente é muito maior.

O número médio de escravos do grupo era de 3,3 por proprietário. 55% dos lavradores pastores eram proprietários de um a três escravos. Mas se considerar apenas os escravos que tinham entre 15 e 40 anos, e não apresentavam nenhuma doença registrada, ou seja, os que estavam em plena idade produtiva, seu número descende drasticamente.⁹ Eles eram apenas 232 dos 634 do plantel total, ou seja, 37% dos escravos. Isto indica que a maior parte dos escravos possuídos compunha-se de crianças e velhos, e que, computando apenas estes cativos sãos e em idade adulta, o número médio decai para 1,2 escravos por proprietário. Essa diferença também aponta para a dificuldade dessas famílias reporem a mão de obra escrava (Castro, 1987, p. 91-95). Esta constatação remete à questão do uso exclusivo ou complementar, por este grupo ocupacional, da mão de obra escrava. Os documentos utilizados, os inventários, não permitem nenhuma conclusão definitiva a respeito, e a questão está longe de ser resolvida (Mattos, 2001). Mas parece que uma média de 1,2 cativo em plenas condições de trabalho, por família, não seria suficiente para o desenvolvimento das tarefas agrícolas e pecuárias, mesmo de pequeno porte. Para este grupo, muito provavelmente, os cativos complementavam a mão de obra familiar.

Nas famílias que não dispunham de escravos, a criação de uma centena de animais não seria suficiente para o sustento de uma família, como já vimos através do “censo” de 1784. A atividade pecuária deveria ser complementada com outras atividades agropecuárias do próprio núcleo familiar, como a produção de trigo e outros alimentos, a venda de alguns couros, e o emprego, o “conchavo” estacional do chefe de família ou de um filho mais velho em alguma estância da área. Esta é a conclusão a que chegaram Gelman (1998) e Garavaglia (1999) para a região de Colônia de Sacramento e para a campanha de Buenos Aires, em diversos trabalhos, após

⁹ Essa metodologia foi utilizada inicialmente por Hebe Castro (1987, p. 92).

analisarem censos de população detalhados que descreviam cada núcleo doméstico, o calendário pecuário e agrícola (para verificar em que meses do ano havia mais necessidade de mão de obra em cada tipo de atividade), a contabilidade de algumas estâncias e interpretarem os dados à luz da noção de ciclo de vida da família camponesa. Constataram um perfil demográfico definido para os peões de estância, como homens jovens, solteiros, em sua maioria migrantes de outras regiões, ou seja, jovens que ainda não tinham tido condições/oportunidades de constituir família e arrancar-se, ainda que precariamente, em algum pedaço de terra. Estas conclusões são aplicáveis ao Rio Grande do Sul, tanto para o período colonial tardio (Osório, 2006), quanto para a metade do século XIX (Farinatti, 2010),¹⁰ no maior município da campanha, Alegrete.

Gelman (1998, p. 85) considera que, no final do período colonial, apenas rebanhos de 400 ou 500 cabeças possibilitariam a autossuficiência de uma família, através da procriação de 100 cabeças anuais. Garavaglia (1999, p. 305) desenvolve argumentação no mesmo sentido para a campanha de Buenos Aires. Para o Rio Grande do Sul não há estudos que se debrucem especificamente sobre esta questão, mas trabalhos sobre a estrutura agrária no século XIX verificaram que a maior parte dos criadores situavam-se nessa faixa das 100 a 500 cabeças de gado. Em Alegrete, entre 1830 e 1870, um terço dos produtores pertenciam a esta faixa (Farinatti, 2010, p. 149) e em São Borja, entre 1828 e 1858, eles constituíam 35% dos criadores (Fontella, 2013, p. 55). Essa alta frequência pode indicar que aí se encontravam os produtores familiares que conseguiam viver exclusivamente de seus rebanhos.

Farinatti (2003), utilizando uma fonte excepcional de 1858 que listava o número de produtores, de cabeças de gado, e mão de obra utilizada (escravos, peões livres e filhos) procedeu uma análise conjunta dos municípios de Santa Maria e São Borja (na época contíguos). Concluiu que entre os pastores detentores de até 100 reses, 64% trabalhavam sozinhos, e dos que utilizavam trabalhadores, 67% valiam-se dos filhos, 18% de escravos e 15% de peões livres. Na faixa seguinte, até 500 reses, decaí a participação do trabalho familiar e aumenta a da mão de obra externa à família: 42% contavam apenas com seu trabalho, e os restantes 58% dos criadores utilizavam-se dos filhos (27%), dos peões livres (34%) e de escravos 39%. Portanto, são os criadores de até 500 reses que sobrevivem *predominantemente* do trabalho familiar, ainda que já uma parcela importante deles lançasse mão de peões livres e escravos.

¹⁰ Na falta de censos que descrevessem os núcleos domésticos e a ocupação dos habitantes, os dois autores utilizaram como fonte as informações constantes em processos-crime, na qualificação de testemunhas.

Considerações finais

À guisa de conclusão, destaca-se a importância da escravidão na produção agropecuária. A propriedade de escravos no campo rio-grandense certamente esteve disseminada em um *continuum* no qual, em um extremo, encontravam-se famílias camponesas, que contavam apenas com sua mão de obra familiar, passando por pequenos proprietários escravistas, como os que se observou acima (com três escravos em média), e os médios estancieiros (sete escravos) até chegar-se ao outro extremo, o grupo dos grandes estancieiros, que detinham em média 21 escravos.

Reafirma-se o expressado na introdução do texto. A sociedade colonial rio-grandense foi mais diversa e complexa do que apresenta uma certa imagem fixada do passado. A paisagem agrária que se constituía combinava os estabelecimentos de uma infinidade de pequenos produtores, pastores e lavradores, ao lado de grandes estâncias; estas, em número muito menor do que se supunha. Os binômios tradicionais e exclusivos “estancieiro-peão” e “lavrador açoriano-trabalho familiar” não são suficientes para se compreender as práticas sociais e produtivas desenvolvidas pela maior parte da população.

Referências

- AZARA, F. Memória rural do Rio da Prata. In: FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 53-73.
- BORUCKI, A.; CHAGAS, K.; STALLA, N. *Esclavitud y trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CASTRO, H. M. M. de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FARINATTI, L. A. E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). *História – Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, p. 253-276, ago./dez. 2003.
- FARINATTI, L. A. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- 258FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- GARAVAGLIA, J. C.; MORENO, J. L. (Comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense*. Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Cántaro, 1993.

- GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. In: MANDRINI, R.; REGUERA, A. (Comp.). *Huellas en la tierra*. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: IEHS, 1993a. p. 91-120.
- GARAVAGLIA, J. C. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, R. O. (Org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial*. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993b. p. 124-208.
- GARAVAGLIA, J. C. De ‘mingas’ y ‘convites’: la reciprocidad campesina entre los paisanos rioplatenses. *Anuario del IEHS*, 12, p. 131-139, 1997.
- GARAVAGLIA, J. C. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.
- GARAVAGLIA, J. C.; GELMAN, J. Rural history of the Rio de La Plata, 1600-1850: results of a historiographical renaissance. *Latin American Research Review*, 30, 3, p.75-105, 1995.
- GARCIA, G. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GELMAN, J. *Campesinos y estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Libros del Riel, 1998.
- KUHN, F. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, L.; GUAZZELLI, C.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74.
- MAESTRI, M. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984.
- MATTOS, H. Campesinato e escravidão. In: SILVA, F. T. da; MATTOS, H.; FRAGOSO, J. L. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. p. 331-350.
- MORAES SILVA, A. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Fac-símile da 2. ed. [1813]. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922 [1789, Lisboa, 1. ed.].
- OSÓRIO, H. Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do império português. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 20., 2006, Mar del Plata, Argentina. *Anais...* Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2006. p. 1-24. CD-ROM.
- OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- OSÓRIO, H. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, F.; GUTFRIEND, I.; REICHEL, H. (Org.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 153-170.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1974.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno*: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002